

PROTEGER APESAR DO IGESPAR, IP: A ARQUEOLOGIA PORTUGUESA NUM INSTITUTO SEM COMPETÊNCIAS DE ARQUEOLOGIA... NEM DE PATRIMÓNIO HISTÓRICO

MIGUEL ALMEIDA

Dryas Arqueologia – Unidade de Investigação

miguel.almeida@dryas-arqueologia.pt

Resumo: Na última década, um acréscimo evidente do volume de intervenções de Arqueologia, nomeadamente de Arqueologia de salvamento, conferiu à actividade arqueológica uma exposição social antes inédita em Portugal. Contudo, este crescimento não resultou imediatamente num aumento concomitante da qualidade geral dos trabalhos de Arqueologia, nem da divulgação dos seus resultados. Ora, esta evolução no sentido de uma Arqueologia de baixos custos, com poucas preocupações científicas e praticamente nenhuma de divulgação, tem raízes profundas em opções de carácter político que estão bem presentes na última reestruturação da tutela estatal da Arqueologia e património: na nova estrutura orgânica, mais centralizada e de maior desenvolvimento hierárquico, (1) perdeu-se toda e qualquer representação directa no território e (2) reduziu-se significativamente o peso específico da qualificação técnica na decisão. Nestes termos, os riscos de surgimento de uma prática administrativa insuficientemente fundamentada em conceitos técnicos e teóricos actualizados e capazes de garantir a protecção do património histórico e arqueológico surgiam acrescidos. Os primeiros tempos do consulado do IGESPAR confirmam estes receios, revelando deficiências que fragilizam seriamente a imagem social e o futuro da Arqueologia em Portugal.

Palavras-chave: Centros Históricos; Património Histórico; Protecção do Património; Arqueologia Vertical.

A importância da Arqueologia de salvamento na relação com o social

Propõe-nos a APA neste novo número da *Praxis Archaeologica* uma reflexão sobre a relação da Arqueologia com a sociedade envolvente. O tema é urgente, na medida em que —inseridos numa sociedade eminentemente dialógica e conflitual— o futuro da actividade profissional em Arqueologia depende decididamente da nossa capacidade para, a partir de um presente desconfortável, transformar os tais “mistérios, confusões inocentes e perspectivas

românticas” (*in* texto de lançamento deste número da *Praxis Archaeologica*) em que a actividade parece continuar envolta junto do “público não especializado” em informação útil para aquele público e para a sociedade em geral.

Para mais, o incremento exponencial das intervenções de Arqueologia preventiva e de emergência desde há uma década trouxe —na sequência do sucesso do Côa— a actividade arqueológica para um grau de exposição social antes inédito em Portugal. Porém, este crescimento muito significativo do volume dos trabalhos de Arqueologia não resultou num

aumento concomitante da qualidade desses trabalhos. Nem da divulgação social dos seus resultados. E era importante que tal tivesse acontecido porque esta Arqueologia de salvamento representa um papel decisivo na relação da Arqueologia em geral com a sociedade em que se insere, desde logo por estar (por definição) constantemente na “linha da frente”, em contacto ininterrupto com diferentes sectores dessa sociedade e, para mais, muitas vezes envolta em situações tendencialmente conflituais de gestão de interesses sociais dificilmente conciliáveis.

Só que para cumprir cabalmente esta sua função de interface com o social, as equipas da Arqueologia de salvamento precisariam de encontrar já no corpo social o suporte de uma cultura geral acerca da Arqueologia e do património histórico-arqueológico que —através de uma compreensão generalizada do interesse da preservação desse património comum— pusesse essas equipas a salvo de críticas infundadas (e que, no outro sentido, lhes exigisse uma prática profissional eficaz e ética). Note-se: sem dúvida que estas equipas da linha da frente devem participar do esforço de realização desta difusão cultural da Arqueologia (e penso que globalmente não o têm feito). Porém, não lhes pode obviamente ser entregue a responsabilidade central deste movimento de divulgação, que exige necessariamente centros de decisão a outro nível do que a simples intervenção casuística. Assim, as deficiências evidentes até agora reveladas pela globalidade do sector da Arqueologia na devolução à sociedade de conteúdos culturais fruíveis vêm motivando um risco acrescido de generalização da dita imagem do “Arqueólogo empata obras”, retardador do progresso, obstáculo ao impulso positivo da sacrossanta iniciativa económica.

Sem dúvida que este risco deriva fundamentalmente da tal escassa difusão cultural das questões relacionadas com a Arqueologia e o património histórico-arqueológico, de onde a referida urgência do tema proposto pela APA. Quais são as razões de fundo desta insuficiência?

Que divulgação, numa lógica de baixos custos?

Com efeito, a generalização dos trabalhos de Arqueologia preventiva não provocou um movimen-

to de melhoria da qualidade da Arqueologia feita em Portugal, melhoria que até poderia (deveria!) esperar-se ser favorecida pelo simples aumento da actividade no sector. Pelo contrário. Um conjunto complicado de razões —à cabeça das quais surgem a lado a lado a fragilidade teórica e técnica da formação em Arqueologia em Portugal e a incapacidade de fiscalização do Estado— determinariam antes a evolução no sentido de uma Arqueologia de salvamento de baixos custos, cujas nulas preocupações de exigência de qualidade, de produção científica e de divulgação societária do produto “Arqueologia” estão hoje instaladas como padrão do mercado de Arqueologia (Almeida e Neves, 2006).

Obviamente, poder-se-iam alinhar nesta reflexão umas quantas causas justificativas para este nosso estrondoso falhanço de divulgação que nos fossem, enquanto classe profissional, mais simpáticas; decerto, não pode deixar de arrolar-se o impacto negativo de uma conjuntura em tudo desfavorável. Penso porém que são fundamentalmente três as razões de fundo deste deficit de divulgação de conteúdos da Arqueologia na sociedade portuguesa. E que são todas maioritariamente da nossa própria responsabilidade:

1. **Produzimos poucos resultados científicos.** Isto é: não pode escamotear-se que a informação arqueológica produzida nos últimos anos nem de perto, nem de longe justifica o montante do investimento (público e privado) feito em Arqueologia neste período. Em consequência, verificamos não apenas uma diminuta produção de acções de divulgação junto do grande público, como também —a montante— uma muito insuficiente produção científica efectiva (sobretudo quando comparada com o volume de intervenções realizadas). Ora, como é evidente, a produção de Ciência precederá necessariamente a divulgação da Ciência produzida. Resolver esta escassez de resultados científicos deve por isso ser um dos objectivos primordiais da reflexão que nos dias de hoje se impõe na comunidade arqueológica.
2. **Não existe capacidade de divulgação, nem sequer em termos potenciais, muito menos já instalada.** Com efeito, uma actividade susten-

tada e eficaz de divulgação de conteúdos de ciência exige a formação de técnicos especializados, a constituição de equipas e estruturas funcionais adaptadas e a criação de veículos próprios desta divulgação (publicações, eventos culturais específicos da Arqueologia, etc.). Nenhuma destas condições está hoje realizada, nem sequer os primeiros passos (relativos à formação e ao favorecimento da constituição destas equipas e instrumentos) estão a ser dados.

3. Em consequência das duas primeiras... **Praticamente não existe investimento sustentado na área da divulgação científica em Arqueologia.** Incapazes de produzir Ciência “divulgável” e incapazes de divulgar a pouca Ciência que vamos fazendo, nada justifica que invistamos em projectos arrojados nesta área da divulgação. Até porque nestas condições tão incipientes obviamente também não somos capazes de motivar os públicos indispensáveis para tais projectos. Ora, na ausência de públicos são impossíveis projectos oriundos da iniciativa privada. A iniciativa pública, que deveria assumir a responsabilidade do impulso inicial na formação destes públicos, tem por seu lado sido praticamente nula, salvo honrosas excepções, quase todas de origem municipal e mais resultantes de oportunidades conjunturais do que de verdadeiras visões estratégicas da Arqueologia e do património enquanto recurso (cultural, social, económico, etc.).

Ora, a constatação desta actual “necessidade de Estado” enquanto agente decisivo da criação das condições de apetência pelo fenómeno cultural e, em particular, no sector da História e da Arqueologia, justifica que centremos a atenção na actividade recente do Estado neste sector. E, nomeadamente, nas indicações que através da sua produção legislativa e prática administrativa este Estado envia à sociedade em geral.

Com efeito, à vista desarmada, não parece que estas indicações sejam nos últimos tempos no sentido de motivar nos nossos concidadãos uma enorme apetência pela Arqueologia e pela protecção do patri-

mónio. Desde logo, ressalta à vista a recente reestruturação do edifício administrativo do sector, que tem motivado na classe arqueológica repetidas preocupações, sobretudo em relação a dois aspectos:

- **A dificuldade previsível na manutenção de uma presença eficaz no terreno**, visto perder o novo IGESPAR, IP. toda e qualquer representação própria no território —que o Instituto Português de Arqueologia (IPA) mantinha através das extensões territoriais, pese embora a sua evidente escassez de meios e insuficiência de institucionalização; com efeito, a extinção destas extensões resulta necessária da criação do IGESPAR, IP. em cuja orgânica publicada estão completamente ausentes, evidência que o muito complicado processo de renovação temporária dos contratos de prestação de serviços dos seus técnicos no início deste ano de 2008 só veio confirmar, e
- **A diluição da decisão sobre Arqueologia num novo Instituto em que a competência arqueológica surge subalternizada** —contra uma situação anterior de autonomia orgânica da Arqueologia no antigo IPA, o novo instituto concretiza uma estrutura muito mais hierarquizada e na qual, pese embora se conservem muitos técnicos especializados, a capacidade de decisão destes surge iniludivelmente reduzida face à situação institucional precedente.

Relembre-se: às primeiras expressões daquelas duas críticas (da perda de capacidade de decisão e de intervenção no terreno) logo se contestou aos arqueólogos que ambas seriam supridas, e com benefício, por uma articulação muito íntima com as Delegações Regionais da Cultura (DRC’s); e que seria a prática administrativa a demonstrar o acerto das opções assumidas.

Não podendo honestamente abranger num texto deste género um tema tão vasto como uma apreciação global das tais indicações que o Estado vem dando aos seus cidadãos a respeito do património histórico-arqueológico, centremo-nos apenas na referida prática administrativa e articulação com as DRC’s.

Sirvo-me, para tanto, da protecção patrimonial dos Centros Históricos, a partir de um caso concreto de que tomei conhecimento directo muito

recentemente. Trata-se apenas de um exemplo. Mais do que a decisão em si, interessa-me a concepção global de Património Histórico e de Arqueologia que lhe subjaz, na medida em que são esclarecedoras acerca dos riscos da diminuição do peso específico da competência técnica em História e Arqueologia que se operou com a criação do IGESPAR, IP.

Dos conceitos de “monumento” e “património histórico” à protecção da memória histórica na pós-modernidade

A evolução profunda do método e objectivos da História (que resulta evidentemente de uma evolução política das sociedades do séc. XX a caminho da participação democrática), tem no campo da defesa do património edificado correlato inequívoco numa mudança, não menos fundamental(!), dos conceitos de “monumento” e de “património histórico”.

Estes não devem sobretudo confundir-se num “património monumental”, conceito mais marcado pela materialidade do “monumento” do que pelo seu significado histórico e, por isso, propenso a todos os equívocos e sujeito a instrumentalização ao serviço de interesses sociais e políticos diversos. Esta é uma constatação particularmente óbvia em Portugal, cuja história contemporânea fornece precisamente um caso de escola da utilização dos “monumentos nacionais” com fins ideológicos que hoje consideramos inconfessáveis. Aliás, julgo que permanece ainda largamente por avaliar a dimensão real dos prejuízos resultantes da actividade “protectora” dos Monumentos Nacionais subordinados à ideologia do Estado Novo durante metade do séc. XX português.

Num âmbito muito geral, nas sociedades plurais de hoje os “patrimónios” merecedores de preservação multiplicam-se (o histórico, o artístico, o etnográfico, mas também o natural, e dentro deste o biológico, o geológico, etc.). O correlato deste movimento no âmbito específico do património histórico edificado é a explosão da noção de “monumento”, que já não pode limitar-se ao Castelo, ou à Igreja. O que actualmente se torna digno de preservação não é apenas um particular valor estético (que, de resto, hoje seria incompreensível enquanto absoluto), mas também uma multitude de outros “valores”. Por exemplo: in-

formativo, contextual. Uma consequência evidente disto foi a criação das próprias ZEP's e, num âmbito mais lato, da figura dos centros históricos.

Com efeito, não é inócuo que o legislador tenha decidido proteger os “centros históricos” e não quaisquer putativos “centros arquitectónicos”. Na sua intenção não estava transformar espaços urbanos degradados em intervenções urbanas pós-modernas, mas sim devolver-lhes a dignidade que merecem por força da sua história. E no respeito da sua história.

Ou seja, a recuperação dos centros históricos não pode fazer-se sem um investimento decidido no estudo da história do seu urbanismo, capaz de recuperar a profundidade / “espessura” histórica (o tal significado) da sua ocupação, sem a qual nenhuma intervenção urbana subsequente pode arrogar-se os galões da recuperação histórica.

O sentido do movimento é evidente: o património perde a carga original de monumentalidade, agora substituída pelo significado enquanto fundamento de valor. Nem este movimento surge isoladamente no sector da Arqueologia e da História. Trata-se de um movimento científico de “largo espectro”. E até cultural: no âmbito das artes plásticas ou da música, por exemplo, a expressão desta transferência da atenção da forma para o conteúdo já é mais do que centenária.

Edificado: a Arqueologia a cota positiva

Ora é esta evolução que hoje justifica no campo da Arqueologia um desenvolvimento cada vez mais pujante por toda a Europa da Arqueologia do edificado —também dita “Arqueologia vertical”, ou “Arqueologia da Arquitectura”—, campo extremamente activo, com inovações metodológicas particularmente consequentes nos últimos anos e com um contributo inequívoco para a compreensão da evolução dos centros urbanos.

O trabalho arqueológico de caracterização dos conjuntos edificados parte em primeiro lugar da observação *in loco* dos materiais de construção, aparelhos e técnicas construtivas e das relações estratigráficas entre as diferentes unidades de construção (no sentido de Parron-Kontis [2005, p. 15-16]), materializadas numa sequenciação crono-estratigráfica ob-

jectiva, realizada com base nos princípios do método estratigráfico (tal como estes foram adaptados à leitura de estruturas edificadas no âmbito da Arqueologia da Arquitectura). Com base neste trabalho de análise produz-se uma descrição das diferentes unidades estruturais e paramentais estratigraficamente contextualizada por relações objectivas de cronologia relativa, frequentemente representadas num gráfico de tipo *matriz de Harris* (Harris, 1989), a partir das quais se procede ao faseamento dos sucessivos momentos de e ritmos de construção/destruição/reconstrução do conjunto até ao momento actual (Caballero Zoreda, 2006).

Esta primeira fase de trabalho consiste assim numa interpretação objectiva do edificado —o “estudo arquitectural” de Paillet (2005, p. 34)—, não revestindo contudo a forma de um produto final de Arqueologia do edificado sem o concurso de um conjunto de trabalhos acessórios indispensáveis para a resposta às questões mestras de um tal trabalho, nomeadamente no que respeita à compreensão do edificado enquanto produto histórico, social e cultural (Burnouf, 2005, p. 12).

Tais questões exigem uma profunda integração multidisciplinar com as vertentes de Arqueologia; de Arquitectura; de caracterização físico-química dos elementos construtivos e proveniência dos materiais; e, finalmente, de investigação documental. Esta integração multidisciplinar constitui hoje condição *sine qua non* de sucesso de um trabalho de Arqueologia do edificado (Burnouf, 2005, p. 12; Faure-Boucharlat, Boissavit-Camus e Burnouf, 2005; Paillet 2005, p. 34). Para cumprir este objectivo, recorre-se ao estudo aprofundado dos elementos histórico-arqueológicos agora da área urbana envolvente (nas suas vertentes patrimoniais, arqueológicas, históricas, políticas e sociais) baseado na análise dos acervos documentais (municipais, universitários, etc.) existentes, recorrendo-se sistematicamente a todos os diversos suportes de informação disponíveis (fotografia, imprensa escrita, etc.) e, sempre que possível, ao registo arqueográfico a cota negativa. Note-se: no seio deste registo a cota negativa prolongam-se necessariamente os elementos estruturais visíveis acima da cota do chão que, em estratificação, surgem contextualizados por sequências arqueostratigráficas plenas de informações cronológicas, funcionais e outras.

Como é evidente, a leitura informada destes edifícios exige frequentemente a realização de picagens pontuais e/ou, no limite, de desconstruções parciais. Sem esta remoção judiciosa e controlada de alguns elementos e sobretudo dos revestimentos das paredes é frequentemente impossível produzir as observações necessárias para compreensão da evolução arquitectónica do conjunto, nomeadamente através da caracterização tipológica, funcional e cronológica dos materiais de construção utilizados, aparelhos, paramentos e outros elementos associados.

A recolha de amostras de materiais de construção, rebocos, madeiras e pregarias e outros elementos construtivos e arquitectónicos, bem assim como o registo gráfico, topográfico e fotográfico de pormenor, visam constituir um testemunho “para o futuro” da realidade arquitectónica observada através de perfis, plantas e esquemas construtivos, acompanhados de um acervo material. São dois os objectivos desta fase de colecção de dados:

- **Documentar pelo registo uma realidade histórica concreta**, produzindo elementos para a compreensão da história do local; e
- **Construir um catálogo diacrónico de materiais e técnicas de construção** cronologicamente contextualizados, factor decisivo para as opções a tomar em sede de quaisquer intervenções de recuperação dos edifícios em questão.

Pelo contrário, o que nos parece difícil de defender é que se possa tentar uma recuperação histórica correcta de um conjunto edificado sem realizar este trabalho de documentação prévia acerca do próprio edifício e da sua história.

Arqueologia do edificado em Portugal

Pese embora ainda relativamente incipiente em Portugal, esta área de intervenção no património edificado tem vindo a conhecer também no nosso país um desenvolvimento importante, sobretudo graças a alguns investigadores persistentes, de entre os quais se destaca talvez a acção da escola de Braga (Fontes, 2006) e de alguns projectos, nem sempre continuados, nem sempre incluídos em programas globais e coerentes de Arqueologia e Património, do agora extinto Instituto Português do Património Arquitectónico (IPPAR) (Lacerda e Ramalho, 2006).

Nos últimos tempos, estes trabalhos têm vindo a ser feitos também em contextos mais generalizados de Arqueologia de salvamento, nomeadamente no quadro de intervenções globais de Arqueologia preventiva nas quais a interpretação da leitura do edificado actual constitui frequentemente um elemento decisivo não apenas para compreender as últimas fases de ocupação do edifício em causa, mas também para dar sentido a observações feitas a partir do registo arqueográfico a cota negativa e até para a compreensão da evolução urbanística da área envolvente. Tal é especialmente evidente no caso de intervenções em centros históricos das cidades portuguesas, cujo edificado actual é hoje invariavelmente o fruto de uma sucessão de ocupações distintas e intervenções sucessivas quer sobre edifícios individuais, quer sobre conjuntos de edifícios, cuja geometria e funcionamento varia por vezes profundamente ao longo da história. Tudo informações que muitas vezes apenas se podem recuperar (ou, pelo menos, verdadeiramente compreender) integrando como elemento fundamental de reflexão a leitura do edificado actual, até porque aquelas intervenções antigas sobre os edifícios provocaram frequentemente a obliteração parcial ou total do registo arqueográfico subjacente.

Assim, negar a importância da Arqueologia vertical tem hoje a mesma validade (nenhuma!) que negar o papel da Arqueologia como fonte importante de informação (e de contraste de outras fontes de informação), mesmo para os períodos históricos. Claro que esta posição de negação continua a ouvir-se —e mesmo da boca de arqueólogos(!), como no tristemente famoso caso recente da *Casa do Mosteiro* de Celas, Coimbra (cfr. Neves *et al.*, 2005). Mas isto acontece em Portugal, num contexto (pseudo-)científico no qual também a História continua maioritariamente a fazer-se sem a exploração dos documentos arqueográficos, aliás, tal como de outras fontes de informação igualmente não escritas e igualmente ainda consideradas como marginais, para não dizer irrelevantes. Outro tanto se poderia dizer a respeito de diversos trabalhos do âmbito da História da Arte, em que se faz completa abstracção da maioria das fontes de informação não directamente arquitectónica/artística e, por isso, se perde uma dimensão fundamental de contraste das observações produzidas. Grave, quan-

do se pretende fazer ciência, por ser precisamente a possibilidade de contraste que nos distingue da erudição.

Porém, o simples facto de persistir (note-se o significado profundo de “persistir” aqui: AINDA existir!) não confere bondade, nem acerto a esta atitude, que consiste numa posição profundamente desactualizada, do ponto de vista da teoria do pensamento historiográfico, ultrapassada pelo menos desde o movimento da História Social, há já quase cem anos. Nada pode justificar semelhante posição no séc. XXI.

O património sem história, numa sociedade em perda (conjuntural) de conteúdos

Ou seja:

- No quadro de um movimento cultural (e até social, político) muito mais abrangente do que o âmbito restrito da História e da Arqueologia, os conceitos de “monumento” e “património histórico” fundamentam-se hoje claramente mais pelo conteúdo significativo dos bens patrimoniais protegidos do que pela sua (eventual) materialidade monumental ou (eventual) carácter estético, importantes, mas menos decisivos;
- Em consequência desta mudança do valor essencial a proteger (o conteúdo substituiu a forma), alargou-se exponencialmente a lista dos bens patrimoniais a proteger, justificando mesmo a instituição de figuras jurídicas como a ZEP e o Centro Histórico;
- Do mesmo passo, tornou-se indispensável o investimento prévio no estudo da história do urbanismo e da relação das populações do passado com os espaços sobre os quais hoje se pretende intervir em sede de recuperação histórica dos centros urbanos;
- Sendo estes centros históricos por definição espaços urbanos que resultam da soma de vivências e funcionalidades diversas e sucessivas no passado, a complexidade do seu estudo exige o recurso a métodos pluridisciplinares capazes de explorar a totalidade do espectro de informações disponíveis; é neste quadro que se de-

envolveu e veio assumir um papel de destaque fundamental a Arqueologia do edificado, que em Portugal também tem vindo a demonstrar as suas potencialidades.

Mas se esta evolução conceptual mereceu desde cedo em Portugal reflexo na actividade, pese embora esporádica, de alguns legisladores clarividentes, nem por isso a protecção do património tem sido sempre servida por responsáveis administrativos igualmente actualizados. Disto resulta que certos preceitos muito actuais — e até de valor prospectivo — consagrados na legislação encontram paradoxalmente fortes dificuldades de sedimentação na sociedade portuguesa, desde logo por força de da reprodução quotidiana de práticas administrativas dos organismos da tutela fundadas em conceitos bastante ultrapassados de património.

Um exemplo muito recente envolve o centro histórico de Coimbra. Aqui —e muito judiciosamente(!)— a DRC do Centro tem condicionado a realização de intervenções nos prédios urbanos antigos ao acompanhamento arqueológico do projecto, incluídos necessariamente trabalhos de Arqueologia vertical na leitura do edificado actual.

Esta imposição, contudo, não tem merecido suporte institucional por parte da direcção do IGESPAR, IP, cujo director (o Dr. Elísio Summavielle) recentemente reagiu em correspondência oficial afirmando:

- que o acompanhamento arqueológico se realizará APENAS EM CASOS EXCEPCIONAIS, justificados pela existência possível de vestígios arqueológicos a acautelar; e
- que as condicionantes respeitantes ao edificado actual se devem observar APENAS EM IMÓVEIS CLASSIFICADOS, sob pena de comprometimento do esforço necessário para a reabilitação dos centros históricos.

Para além do caricato de deixar as equipas de Arqueologia que venham a intervir no solo na situação paradoxal de tentar interpretar estruturas enterradas cuja fracção edificada pode ter sido destruída sem registo(!) pelo próprio projecto que justifica a realização dos trabalhos de Arqueologia, o que esta posição do IGESPAR, IP, denota é precisamente um conceito de património histórico que hoje já não tem qualquer suporte teórico possível.

Trata-se aliás de uma atitude semelhante a uma antiga proposta para a arte paleolítica do Vale do Côa: o corte e transladação das rochas gravadas para dentro de uma sala de exposições. A semelhança evidente reside na partilha da mesma incompreensão da importância do contexto, enquanto elemento fundamental da percepção do significado dos bens patrimoniais —e, portanto, da importância deste contexto para a sua “fruibilidade” pelo público e pela sociedade em geral.

Vistas as coisas com algum distanciamento, surge isto ainda como uma faceta perfeitamente enquadrada no presente conjuntural(!) de uma sociedade em que as virtudes de forma tendem a suplantar em importância as virtudes de conteúdo. Mas esta é uma situação efémera, que mais não resulta do que de um derradeiro estertor não do tecido económico, mas apenas de uma sua parte, a “velha economia”: e lá está o edifício do novo museu do Côa construído acima da cota inundável da barragem, para nos lembrar dos riscos do programa desta velha economia. Mas o futuro (mais ou menos longínquo) não será por aí.

É que mesmo do ponto de vista estritamente económico a opção pelo conteúdo e pela preservação e exploração (em vez da destruição) dos recursos, incluídos os recursos culturais, estarão na primeira linha dos critérios de sucesso da nova economia. Por aí sim, passará necessariamente o futuro, que chegará a diferentes ritmos para os diferentes países.

Epílogo

No âmbito da protecção dos centros históricos, a compreensão de que o edificado constitui um produto histórico, social e cultural (Burnouf, 2005, p. 12) é indispensável para que se possa transmitir a ideia da História/Arqueologia como bem social, como uma disciplina com regras científicas, que produz conhecimento e fomenta a preservação da memória histórica das sociedades. Pelo contrário, não é possível promover uma protecção eficaz do património histórico edificado sem uma ideia estratégica global para a Arqueologia e para esse património.

Ora, o que parece falhar na actual organização da tutela do Estado é precisamente uma ideia estratégica e de carácter prospectivo para a Arqueologia e

para o património histórico (nesta sua dimensão de conteúdo), que não parece encarar-se como recurso fundamental e finito, mas apenas como um elemento anódino, quando não mesmo um empecilho a remover a bem de outros valores. Só assim se compreende que o IGESPAR, IP. decida desvalorizar o conteúdo histórico dos centros históricos, sob o argumento de não comprometer o dito esforço de recuperação. Sejam claros: o que o IGESPAR, IP. pretende é que se faça a recuperação dos centros históricos... esquecendo a história!

Como referi acima, o séc. XX português testemunha bem dos riscos de intervenções de suposta recuperação dos monumentos históricos independentes do controlo da História. Assim, o que dimana de algumas decisões da tutela não chega a ser outra coisa

senão a falta de competências técnicas nas áreas da Arqueologia e do património histórico-arqueológico. Talvez tal não seja motivo de surpresa, na medida em que a reestruturação recente do Ministério da Cultura determinava expressamente (mesmo ao nível imediato da orgânica da tutela) essa perda de impacto da decisão técnica nas áreas da Arqueologia e da História. Nem por isso deixa de ser muito grave que seja o próprio organismo responsável pela tutela da defesa do património histórico-arqueológico que lidera a incompreensão da importância da dimensão histórica do edificado.

Prenuncia o risco de que talvez a protecção do património tenha que vir a fazer-se APESAR do IGESPAR, IP. E quiçá em alguns casos... CONTRA. Parece ser já o caso de Coimbra.

Bibliografia

- ALMEIDA, M.; NEVES, M. J. (2006) – A Arqueologia *Low-cost*: fatalidade nacional ou opção de classe? O modelo empresarial”. *Al-Madan*. Almada. 2ª Série, 14, p. 86-91.
- BURNOUF, J. (2005) – Discours d’introduction. In PARRON-KONTIS, I.; REVEYRON, N., Eds. – *Archéologie du bâti*. Paris: Éditions Errance, p. 9-12.
- CABALLERO ZOREDADA, L. (2006) – Arqueología de la Arquitectura: conocimiento e intervención. *Estudos/Património*. Lisboa. p. 33-43.
- FAURE-BOUCHARLAT, E.; BOISSAVIT-CAMUS, B.; BURNOUF, J. (2005) – L’Archéologie du bâti: un champ idéal pour une synergie entre disciplines et institutions. In PARRON-KONTIS, I.; REVEYRON, N., Eds. – *Archéologie du bâti*. Paris: Éditions Errance, p. 125-128.
- FONTES, L. F. O. (2006) – Experiências portuguesas em Arqueologia da Arquitectura. *Estudos/Património*. Lisboa. 9, p. 44-55.
- HARRIS, E. (1989) – *Principles of archaeological stratigraphy*. 2ª Ed. London: Academic Press.
- LACERDA, M.; RAMALHO, M. M. (2006) – A arquitectura como guardiã da memória. *Estudos/Património*. Lisboa. 9 p. 5-8.
- NEVES, M. J.; ALMEIDA, M.; BASÍLIO, L.; DIAS, G.; FERREIRA, M. T.; GONÇALVES, F. (2006) – Casa do Mosteiro (Celas, Coimbra): muitas dúvidas e metade da sua história. *Al-Madan*. Almada. 14, p. 38-47.
- PAILLET, J.-L. (2005) – L’enregistrement et le traitement des données architecturales sur les chantiers archéologiques: intérêt d’une harmonisation des méthodes, risques et limites. In PARRON-KONTIS, I.; REVEYRON, N., Eds. – *Archéologie du bâti*. Paris: Éditions Errance, p. 33-34.
- PARRON-KONTIS, I. (2005) – Unités de construction et objets archéologiques. In PARRON-KONTIS, I.; REVEYRON, N., Eds. – *Archéologie du bâti*. Paris: Éditions Errance, p. 13-18.

Resumen: En la última década, un incremento evidente de la cantidad de intervenciones arqueológicas en Portugal, especialmente de arqueología de urgencia, vino a conceder a esta actividad una exposición social nunca antes lograda. Sin embargo, este crecimiento no resultó inmediatamente en un aumento sincrónico de la calidad general de los trabajos arqueológicos ni tampoco de la difusión de sus resultados. Esta evolución hacia una Arqueología de presupuestos bajos, con pocas preocupaciones científicas y apenas ningunas de difusión, posee raíces profundas en opciones de cariz político que están patentes en la última reestructuración del sistema de gestión estatal de la arqueología y del patrimonio histórico: en su nueva estructura orgánica, más centralista y con un desarrollo jerárquico más acusado, (1) se ha perdido la representación directa en el territorio y (2) se ha reducido de modo significativo el peso específico de la calificación técnica en el proceso de decisión. En estos términos, se hicieron más efectivos los riesgos de apareamiento de una práctica administrativa insuficientemente fundamentada en conceptos técnicos y teóricos actualizados y capaces de garantizar la protección del patrimonio histórico y arqueológico. Los primeros tiempos del consulado del Instituto de Gestión del Patrimonio Arquitectónico y Arqueológico (IGESPAR) han confirmado las peores expectativas, revelando deficiencias que fragilizan seriamente la imagen social y el futuro de la arqueología en Portugal.

Palabras clave: Centros Históricos; Patrimonio Histórico; Protección del Patrimonio; Arqueología Vertical.

Abstract: A clear increase of archaeological interventions in Portugal in the last decade, especially in the field of salvage archaeology, has credited this activity with a social depiction never achieved before. Yet, this growth hasn't resulted immediately on a synchronic development of the quality of archaeological interventions or the diffusion of their results. The evolution towards a "low-cost" archaeology, with no scientific concerns and practically none about diffusion, has its deepest roots on political choices that are present in the last reorganization of the Portuguese public system of archaeological and historical heritage management: its new organic structure, more centralized and hierarchically organized, (1) lost the direct representation in the territory, and (2) reduced significantly the specific weight of technical qualification in the decision process. Thus, the risk of emergence of an administrative practice not sufficiently built on up-to-date technical and theoretical concepts able to effectively protect the archaeological and historical heritage is on the table. The first months of IGESPAR consulship confirmed the worst expectations by revealing deficiencies that seriously weaken the social view and the future of Portuguese archaeology.

Keywords: Historical Places; Historical Heritage; Heritage Protection; Vertical Archaeology.

